

Omnilink
TecnologiaS.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Omnilink Tecnologia S.A.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omnilink Tecnologia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omnilink Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio com vida útil indefinida

Veja a nota 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ágio referente a aquisição da Control Loc, Rodosis, ControlSat e a CISR.

Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio).

O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionados às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto, e comparamos essas premissas com informações de mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera.

Adicionalmente, efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia, assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

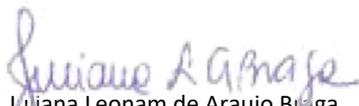
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Omnilink Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.883	21.404	Fornecedores	14	16.202	21.929
Contas a receber	4	31.636	19.203	Empréstimos e financiamentos	15	17.675	16.084
Estoques	5	24.669	17.433	Debêntures a pagar	15.1	7.931	701
Impostos a recuperar	6	5.614	6.937	Passivos de arrendamento	16	1.805	1.189
Outras contas a receber		1.859	1.465	Salários, provisão para férias e encargos	17	5.905	7.970
Total do ativo circulante		<u>69.661</u>	<u>66.442</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.706	1.073
				Impostos a recolher	18	4.551	4.113
				Impostos e contribuições parcelados	19	10.560	4.901
				Adiantamentos de clientes		1.253	488
				Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	21	-	25.000
				Total do passivo circulante		<u>67.588</u>	<u>83.448</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	4	3.004	910	Empréstimos e financiamentos	15	11.686	9.747
Impostos a recuperar	6	2.430	-	Debêntures a pagar	15.1	51.739	57.632
Indenizações a receber	7	12.270	11.823	Passivos de arrendamento	16	1.298	573
Imposto de renda e contribuição social	8	26.809	18.341	Impostos e contribuições parcelados	19	17.963	14.280
Depósitos judiciais	23.3	1.360	1.298	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.028	599
Partes relacionadas	20	3.698	4.534	Provisão para riscos	23	7.438	7.957
Outras contas a receber		1.051	850	Total do passivo não circulante		<u>91.152</u>	<u>90.788</u>
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>50.622</u>	<u>37.756</u>				
Investimentos	9	-	23.778	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	25.208	29.154	Capital social	24	103.669	185.104
Propriedades para investimento	11	23.114	-	Reservas de lucros	24	17.444	-
Direito de uso	12	3.024	1.762	Ajuste de avaliação patrimonial	24	11.192	-
Intangível:				Prejuízos acumulados		-	(81.435)
Ágio na aquisição de investimentos	13	102.858	102.858	Total do patrimônio líquido		<u>132.305</u>	<u>103.669</u>
Outros intangíveis	13	16.558	16.155				
Total do ativo não circulante		<u>221.384</u>	<u>211.463</u>				
Total do ativo		<u><u>291.045</u></u>	<u><u>277.905</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>291.045</u></u>	<u><u>277.905</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	26	194.935	184.314
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(105.623)	(110.427)
Lucro bruto		<u>89.312</u>	<u>73.887</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	27	(19.172)	(21.142)
Com vendas	27	(16.203)	(15.583)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	4	(3.431)	(3.116)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(66)	(483)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	27	(7.271)	(1.988)
Lucro operacional		<u>43.169</u>	<u>31.575</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	4.684	3.066
Despesas financeiras	28	<u>(28.985)</u>	<u>(26.967)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.868	7.674
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8.b	(4.030)	(1.353)
Diferidos	8.b	8.040	1.608
Lucro do exercício		<u>22.878</u>	<u>7.929</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	25	<u>0,771</u>	<u>0,089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	22.878	7.929
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>22.878</u>	<u>7.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	185.104	-	-	-	(89.364)	95.740
Lucro do exercício	-	-	-	-	7.929	7.929
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.104	-	-	-	(81.435)	103.669
Redução de capital social mediante a absorção de prejuízos acumulados, conforme AGE de 26 de maio	24.a	(81.435)	-	-	81.435	-
Ajuste de avaliação patrimonial	24.b	-	11.192	-	-	11.192
Lucro do exercício		-	-	-	22.878	22.878
Destinações do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	24.c	-	-	1.144	(1.144)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24.c	-	-	-	(5.434)	(5.434)
Constituição de retenção de lucros	24.c	-	-	-	16.300	(16.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	103.669	11.192	1.144	16.300	-	132.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omnalink Tecnologia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		22.878	7.929
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	8	(4.010)	(255)
Depreciações e amortizações	10,12,13	11.172	11.394
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10,13	682	306
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	27	4.506	3.495
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	4	3.431	3.116
Resultado de equivalência patrimonial	9	66	483
Provisão de ajuste a valor presente - clientes		1.845	205
Constituição de provisão para riscos	23.1	4.591	2.733
Atualização monetária sobre fornecedores	28	411	49
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	15	3.993	7.602
Juros sobre debêntures	15.1	10.558	2.690
Juros sobre passivos de arrendamento	16	153	21
Atualização monetária sobre provisão para riscos	23.1	1.375	871
Atualização monetária sobre indenizações a receber	7	(428)	(539)
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mútuo ativo	20	(1.046)	(843)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	28	(54)	(36)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(19.803)	(4.111)
Estoques		(11.742)	(2.476)
Impostos a recuperar		(1.107)	(3.614)
Depósitos judiciais		(1.198)	33
Indenizações a receber		(690)	-
Outras contas a receber		1.080	2.091
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(7.672)	(2.989)
Salários, provisão para férias e encargos		(2.065)	1.236
Impostos e contribuições a recolher		438	752
Impostos e contribuições parcelados		9.342	6.151
Pagamento de provisão para riscos	23.1	(4.436)	(9.351)
Outras obrigações a pagar		-	(3.198)
Adiantamentos de clientes		765	(307)
Passivo relacionado ao ativo mantido para venda		(883)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>22.152</u>	<u>23.438</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.396)	(1.475)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(3.832)	(7.250)
Pagamento de juros sobre debêntures	15.1	(10.896)	(2.377)
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	16	(153)	(21)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.875</u>	<u>12.315</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	10	(15.060)	(11.427)
Adições ao intangível	13	(3.819)	(3.856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(18.879)</u>	<u>(15.283)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	15	22.863	37.139
Debêntures	15.1	-	60.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	(19.494)	(74.840)
Pagamentos de custos na captação das debêntures	15.1	-	(2.756)
Pagamentos de passivos de arrendamento	16	(1.275)	(1.387)
Partes relacionadas (mútuo ativo) - valores cedidos	20	(2.611)	(3.691)
Partes relacionadas (mútuo passivo)- valores pagos e recebidos	20	-	(5)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(517)</u>	<u>14.460</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(15.521)</u>	<u>11.492</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	3	21.404	9.912
Saldo final	3	5.883	21.404
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(15.521)</u>	<u>11.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Omnilink Tecnologia S.A. (“Omnilink” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de tecnologia para integração completa de soluções para gerenciamento de risco, gestão de frotas, rastreamento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, aumentando a eficiência e reduzindo os custos operacionais dos seus clientes.

1.1 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 22.878 (R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2021), e possui capital circulante líquido positivo de R\$ 2.073 (R\$ 17.006 de insuficiência em 31 de dezembro de 2021).

A melhoria do capital circulante líquido no exercício de 2022 foi proveniente substancialmente pela liquidação do Passivo relacionado ao ativo mantido para venda, de R\$ 25.000, com dação em pagamento das controladas da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

A administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria da gestão de capital de giro.

1.2 Eventos significativos

Em 24 de maio de 2021, foi proferida sentença judicial favorável a Companhia contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual da São Paulo, em um dos processos (no montante de R\$ 36.705 em 31 de dezembro de 2021), que trata sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, o trânsito em julgado ocorreu e os autos foram baixados ao TJSP.

Em 10 de fevereiro de 2022 foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da Companhia para Omnilink Tecnologia S.A.

Em 11 de maio de 2022, o Tribunal de Impostos e Taxas proferiu decisão final favorável a Companhia, contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual da São Paulo, em um dos processos no montante de R\$ 64.844, que tratava sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. O respectivo processo estava classificado com probabilidade de perda possível, para as quais não há provisões contabilizadas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 28 de março de 2023.

2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- (a) Provisão para perdas esperadas do contas a receber - nota explicativa nº 4.
- (b) Provisão para perdas de estoques – nota explicativa nº 5.
- (c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – nota explicativa nº 13.
- (d) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8.
- (e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais – nota explicativa 23.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.6 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.8 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

2.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3 a 5
Outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

2.10 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

2.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;

- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.12 Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13 Ágio

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

2.14 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.15 Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (f) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- (g) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- (h) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- (i) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia.
- (j) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação.

2.17 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.18 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

- (i) No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.
- (ii) Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (iii) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (iv) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- (v) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (vi) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- (i) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- (ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- (iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- (iv) Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- (v) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- (i) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- (ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(i) *Reforma da taxa de juros*

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.19 Operações de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

2.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.23 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.24 Novas Normas e Interpretação ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/22	31/12/21
Caixa e bancos (a)	3.400	5.104
Títulos de capitalização (b)	42	65
Fundos de investimentos(c)	1.246	1.965
Certificado de Depósito Bancário - CDB (d)	1.195	14.270
Total	5.883	21.404

- (a) Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.
- (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança.
- (c) O fundo de investimento é composto por cotas de fundos de investimentos cuja a carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata, referenciados em DI.
- (d) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 100% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31 de dezembro de 2022 (99% em 31 de dezembro de 2021) e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

4 Contas a receber

	31/12/22	31/12/21
Contas a receber de clientes	34.370	23.480
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 20)	2.194	2.360
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(1.924)	(5.727)
Total	34.640	20.113
Ativo circulante	31.636	19.203
Ativo não circulante	3.004	910

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

A vencer	32.013	15.374
Vencidos:		
Até 30 dias	2.200	2.628
Entre 31 e 90 dias	789	1.776
Entre 91 e 180 dias	780	1.472
Entre 181 a 360 dias	782	1.591
Acima de 360 dias	-	2.999
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	<u>(1.924)</u>	<u>(5.727)</u>
Total	<u><u>34.640</u></u>	<u><u>20.113</u></u>

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificadas como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, para as demais faixas do aging de títulos vencidos, a Companhia realiza a provisão com base no percentual histórico de perdas dos últimos 12 meses. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes tem montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber.

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.611)
Adições	<u>(3.116)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>(5.727)</u></u>
Adições	(3.431)
Perdas efetivadas	<u>7.234</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>(1.924)</u></u>

5 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Matéria-prima	4.293	4.128
Produtos em elaboração	1.090	1.096
Produtos acabados	7.617	4.539
Mercadorias para revenda	4.303	4.027
Equipamentos e peças em poder de terceiros	14.919	8.663
Materiais de consumo e importações em andamento	<u>1.476</u>	<u>576</u>
	33.698	23.029
Provisão para perdas nos estoques (*)	<u>(9.029)</u>	<u>(5.596)</u>
Total	<u><u>24.669</u></u>	<u><u>17.433</u></u>

(*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.126)
Constituição de provisão	(2.539)
Reversões de provisões	69
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.596)
Constituição de provisão	(3.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9.029)

6 Impostos a recuperar

	31/12/22	31/12/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	6.124	5.136
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 (**)	778	777
INSS a recuperar	405	142
Imposto sobre Serviços – ISS	393	404
PIS e COFINS a recuperar	144	37
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras	77	305
Outros impostos a recuperar	123	136
Total	8.044	6.937
Ativo circulante	5.614	6.937
Ativo não circulante (*)	2.430	-

(*) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados com débitos decorrentes de vendas no mercado interno. De acordo com as projeções financeiras da Companhia, os respectivos créditos serão recuperados em até 24 meses.

(**) A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos fiscais implementado pela Lei nº 8.248, 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei da Informática”. Esta nova legislação para setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs (nota explicativa nº 22.b).

7 Indenizações a receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. (“Rodosis”) em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. (“Control Loc”) em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. (“Teletrim”) em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. (“ControlSat”) em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente.

Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas.

Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021		
	Processos materializados e pagos	Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	Total	Total
A receber de ex-sócios	-	-	-	322
A receber do acionista da Companhia	9.297	2.973	12.270	11.501
Total das indenizações a receber	9.297	2.973	12.270	11.823

(*) Do montante de R\$ 2.973, R\$1.026 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 19), enquanto R\$1.947 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 23).

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.929
Processos a receber do acionista da Companhia	355
Atualização monetária a receber do acionista	539
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.823
Processos a receber do acionista da Companhia	1.692
Reversões de processos de ex-sócios	(327)
Compensação parcial com saldo de dividendos a pagar ao acionista	(1.346)
Atualização monetária a receber do acionista	428
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.270

Em 31 de dezembro de 2022, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$12.270 (R\$11.823 em 2021). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação no futuro com distribuição dividendos. Do saldo em 31 de dezembro de 2022, R\$9.297 (R\$8.538 em 2021) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$2.973 (R\$2.963 em 2021) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, conseqüentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/22	31/12/21
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisão para perdas de estoques	3.070	1.903
Provisão para riscos	2.053	2.278
Provisão para perdas de créditos esperadas	654	1.947
Provisões para serviços prestados	221	72
Outras provisões	940	705
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	56.838	58.801
Reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	6.452	-
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>(3.517)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	70.228	62.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	<u>(44.447)</u>	<u>(44.447)</u>
Total	<u>25.781</u>	<u>17.742</u>
Ativo não circulante	<u>26.809</u>	<u>18.341</u>
Passivo não circulante	<u>(1.028)</u>	<u>(599)</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 253.543 (R\$ 259.316 em 31 de dezembro de 2021), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos no montante de R\$8.040, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Omnilink estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	
2023	3.006
2024	4.544
2025	7.805
2026	<u>10.426</u>
	<u>25.781</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue

	31/12/22	31/12/21
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.868	7.674
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(6.415)	(2.609)
Reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	6.452	-
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(3.517)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	3.435	7.815
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019	(820)	(1.635)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	(424)	(394)
Compensação de prejuízo fiscal	1.782	595
Imposto de renda e contribuição social:	4.010	255
Correntes	(4.030)	(1.353)
Diferidos	8.040	1.608
Taxa efetiva	-21%	-3%

9 Investimentos

- (i) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (ii) Em 3 de outubro 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A. através de transferência de um terreno.
- (iii) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (iv) Em 29 de setembro de 2020, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada PRMOII Participações S/A, para Companhia e na mesma data, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 8.400 na controlada, através de transferência de um terreno.
- (v) Em 10 de agosto de 2022, a Companhia efetuou a cessão de ações das suas controladas PRMOII Participações S/A e BLCKD I Participações S/A, para FIP Pátria, em dação em pagamento para liquidação do passivo relacionado ao ativo mantido para venda, no montante de R\$ 25.000 (nota explicativa nº 21)

A composição dos investimentos é como segue:

	31/12/22
Investimentos (*)	-
	-
	31/12/21
Investimentos	23.778
	23.778

(*) A PRMOII e BLCKDI apresentaram prejuízo em 2022 (até 10 de agosto de 2022), no montante de R\$ 66 (R\$ 54 e R\$ 12), respectivamente).

Abaixo seguem as informações das controladas em 31 de dezembro de 2021

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	% Participação
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
BLCKD I Participações S/A.	14.410	67	14.343	(67)	100%
PRMO II Participações S/A.	10.590	1.155	9.435	(416)	100%
Total	25.000	1.222	23.778	(483)	100%

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/22			31/12/21
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Rastreadores em comodato	14 a 20	60.933	(38.214)	22.719	22.130
Terrenos	-	-	-	-	4.718
Veículos	20	1.034	(176)	858	516
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.972	(4.173)	799	659
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.736	(1.365)	371	410
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.419	(1.139)	280	298
Equipamentos de informática	10 a 33,33	12.197	(12.095)	102	344
Outros	10 a 20	1.221	(1.142)	79	79
Total		83.512	(58.304)	25.208	29.154

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/21	Adições	Transferências(**)	Baixas	Depreciações	31/12/22
Rastreadores em comodato	22.130	6.881	-	-	(6.292)	22.719
Terrenos (*)	4.718	7.204	(11.922)	-	-	-
Veículos	516	422	-	-	(80)	858
Benfeitorias em propriedade de terceiros	659	345	-	(9)	(196)	799
Máquinas e equipamentos	410	61	-	(27)	(73)	371
Móveis e utensílios	298	60	-	-	(78)	280
Equipamentos de informática	344	76	-	-	(318)	102
Outros	79	11	-	-	(11)	79
Total	29.154	15.060	(11.922)	(36)	(7.048)	25.208

	31/12/20	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/21
Rastreadores em comodato	18.944	9.021	-	(5.835)	22.130
Terrenos (*)	4.718	-	-	-	4.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	249	699	(188)	(101)	659
Veículos	577	-	-	(61)	516
Máquinas e equipamentos	467	17	-	(74)	410
Equipamentos de informática	960	11	-	(627)	344
Móveis e utensílios	331	52	-	(85)	298
Outros	56	142	(82)	(37)	79
Total	26.302	9.942	(270)	(6.820)	29.154

(*) Os terrenos adquiridos até o exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operação de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 15.1)

(**) Em 2022, a Administração da Companhia reavaliou a classificação dos terrenos e reclassificou para propriedade para investimentos, em decorrência da utilização destes terrenos para garantia em operações financeiras de debêntures, empréstimos e financiamento), refletindo desta forma a melhor apresentação no contexto das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. (conforme divulgado na nota explicativa nº 11)

Teste de redução ao valor recuperável (Impairment)

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01 (R1) Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Empresa efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e não identificou indicativos de não recuperabilidade, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

11 Propriedades para investimento

Em 2022, a Companhia optou com base nas perspectivas de utilização dos terrenos classificados no ativo imobilizado, reclassificar para a rubrica de “Propriedades para investimento”, com o objetivo de valorização de capital, para garantia de operações financeiras de debêntures, empréstimos e financiamentos. Os montantes classificados em propriedades para investimento são de R\$11.922.

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa de avaliação externa e independente. O valor justo foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado, que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor justo atribuído destas propriedades, reduzindo eventuais custos de transação foi no montante de R\$23.114. O ajuste ao valor justo no montante de R\$11.192, foi contabilizado no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

As propriedades para investimento com valor justo no montante de R\$13.182, foram cedidas em alienação fiduciária, para garantia na operação de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 15.1).

12 Direitos de uso

	Taxa anual de amortização - %	Custo	31/12/22 Amortização acumulada	Líquido	31/12/21 Líquido
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	1.868	(1.125)	743	1.098
Direito de uso de veículos	33,33	3.683	(1.402)	2.281	664
Total	-	5.551	(2.527)	3.024	1.762

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/21	Remensuração de passivos de arrendamento(*)	Amortizações	31/12/22
Direito de uso de imóveis	1.098	275	(630)	743
Direito de uso de veículos	664	2.341	(724)	2.281
Total	1.762	2.616	(1.354)	3.024

	31/12/20	Remensuração de passivos de arrendamento(*)	Amortizações	31/12/21
Direito de uso de imóveis	1.345	309	(556)	1.098
Direito de uso de veículos	1.065	451	(852)	664
Total	2.410	760	(1.408)	1.762

(*) Refere-se a remensuração de saldos de passivos de arrendamento, para refletir a expectativa dos valores que serão pagos, em decorrência da renovação e rescisão de contratos efetuadas em 2022 e 2021.

13 Intangível

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas (a):				
Control Loc	48.048	(15.225)	32.823	32.823
Rodosis	11.172	(11.172)	-	-
ControlSat	7.946	(7.946)	-	-
Ágio – CISR	73.721	(3.686)	70.035	70.035
	<u>140.887</u>	<u>(38.029)</u>	<u>102.858</u>	<u>102.858</u>
Outros intangíveis:				
Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	54.933	(38.700)	16.233	15.560
Softwares (c)	13.919	(13.594)	325	595
	<u>68.852</u>	<u>(52.294)</u>	<u>16.558</u>	<u>16.155</u>
Total	<u><u>209.739</u></u>	<u><u>(90.323)</u></u>	<u><u>119.416</u></u>	<u><u>119.013</u></u>

- (a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e 2021. As determinações da recuperabilidade dos ativos são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.
- (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços.
- (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%.

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2022
Desenvolvimento de produtos e serviços	15.560	3.685	(2.492)	(520)	16.233
Softwares	<u>595</u>	<u>134</u>	<u>(278)</u>	<u>(126)</u>	<u>325</u>
Total	<u>16.155</u>	<u>3.819</u>	<u>(2.770)</u>	<u>(646)</u>	<u>16.558</u>
	31/12/2020	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2021
Desenvolvimento de produtos e serviços	14.649	3.690	(2.774)	(5)	15.560
Softwares	<u>852</u>	<u>166</u>	<u>(392)</u>	<u>(31)</u>	<u>595</u>
Total	<u>15.501</u>	<u>3.856</u>	<u>(3.166)</u>	<u>(36)</u>	<u>16.155</u>

14 Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	31/12/22	31/12/21
Materiais para estoques	6.830	8.360
Serviços e contas de consumo	5.373	4.599
Comunicação de dados por satélite	3.156	7.583
Telefonia de dados	<u>843</u>	<u>1.387</u>
Total	<u>16.202</u>	<u>21.929</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	31/12/22	31/12/21
Capital de giro (A)	20.862	22.647
Financiamento de importação (B)	4.827	2.866
Conta garantida (C)	3.437	-
Financiamento de veículos (D)	<u>235</u>	<u>318</u>
Total	<u>29.361</u>	<u>25.831</u>
Passivo circulante	17.675	16.084
Passivo não circulante	11.686	9.747

Omnilink Tecnologia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2022	Cronograma de amortização				Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2023	2024	2025	2026		
Caixa Econômica Federal	A	11.139	4.126	4.113	2.457	443	CDI+ 2,20% a.a. a 3,67% a.a.	Aval do acionista, cessão de recebíveis de clientes e alienação de maquinas e equipamentos
Banco Bradesco	A	3.386	1.161	1.284	941	-	0,94% a.m.	Aval do acionista
Itaú Unibanco	A	3.211	1.873	1.338	-	-	CDI+ 6% a.a.	Aval do acionista.
Money Plus	A	1.661	1.661	-	-	-	1,013% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Industrial	A	1.465	507	500	458	-	1,30% a.m.	40% de aplicação financeira e aval do acionista.
	A	20.862	9.328	7.235	3.856	443		
Banco Bradesco	B	2.470	2.470	-	-	-	0,48% a.m.	Aval do acionista
Banco do Brasil	B	1.492	1.492	-	-	-	0,65% a.m.	Aval do acionista
Banco Santander	B	865	865	-	-	-	1,47% a.m.	Aval do acionista
	B	4.827	4.827	-	-	-		
Caixa Econômica Federal	C	2.988	2.988	-	-	-	CDI+ 6% a.a.	Aval do acionista, cessão de recebíveis de clientes
Itaú Unibanco	C	258	258	-	-	-	1,5% a.m.	Aval do acionista.
Banco Santander	C	191	191	-	-	-	1,75% a.m.	Aval do acionista
	C	3.437	3.437	-	-	-		
Banco Itaucard	D	235	83	83	69	-	0,77% a.m.	Alienação do veículo
		29.361	17.675	7.318	3.925	443		

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2021	Cronograma de amortização				Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2022	2023	2024	2025		
Banco do Brasil	A	6.512	6.512	-	-	-	CDI+ 4.4% a.a.	30% de recebíveis de clientes
Itaú Unibanco	A	4.931	1.723	1.871	1.337	-	CDI+ 6% a.a.	Aval do acionista.
Banco Bradesco	A	4.414	1.043	1.146	1.284	941	0,94% a.m.	Aval do acionista
Money Plus	A	3.259	1.785	1.474	-	-	1,013% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Industrial	A	1.962	503	500	500	459	1,30% a.m.	40% de aplicação financeira e aval do acionista.
FIDC Banco Urbano	A	1.569	1.569	-	-	-	1% a 1,1% a.m.	100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes").
	A	22.647	13.135	4.991	3.121	1.400		
Banco Bradesco	B	2.866	2.866	-	-	-	0,48% a.m.	Aval do acionista
Banco Itaucard	E	318	83	83	83	69	0,77% a.m.	Alienação do veículo
		25.831	16.084	5.074	3.204	1.469		

Não há “*covenants*” financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	63.180
Novas captações	37.139
Pagamentos:	
Principal	(74.840)
Juros	(7.250)
Total dos pagamentos	<u>(82.090)</u>
Juros provisionados e encargos apropriados	<u>7.602</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>25.831</u></u>
Novas captações	22.863
Pagamentos:	
Principal	(19.494)
Juros	(3.832)
Total dos pagamentos	<u>(23.326)</u>
Juros provisionados e encargos apropriados	<u>3.993</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>29.361</u></u>

15.1 Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Encargos	Preço único	31/12/22	31/12/21
Série única	60.000 CDI+6% a.a.	1,00	59.670	58.333

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Emissão de debêntures	60.000
(-) Custos de captação	(2.756)
Juros incorridos	2.690
Prêmio EBITDA provisionado (*)	776
(-) Pagamento de juros	(2.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>58.333</u>
Juros incorridos	10.558
Prêmio EBITDA provisionado (**)	1.675
(-) Pagamento de juros	(10.516)
(-) Pagamento de prêmio EBITDA (*)	(380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>59.670</u>
Passivo circulante	<u>7.931</u>
Passivo não circulante	<u>51.739</u>

(*) Refere-se a prêmio sobre a variação do EBITDA (consolidado) de 2021 em relação a 2020.

(**) Refere-se a prêmio sobre a variação do EBITDA de 2022 em relação a 2021.

	31/12/2022
(+) EBITDA de 2022	54.341
(-) EBITDA de 2021	43.175
(=) Variação EBITDA	11.166
(x) Prêmio EBITDA – 15%	1.675

	31/12/2021
(+) EBITDA de 2021	43.175
(-) EBITDA de 2020	38.000
(=) Variação EBITDA	5.175
(x) Prêmio EBITDA – 15%	776

Os vencimentos das parcelas no passivo não circulante estão apresentados abaixo:

Anos	
2024	19.927
2025	19.087
2026	12.725
	<hr/> 51.739 <hr/>

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia efetuou a emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em serie única de R\$ 60.000, através de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com prazo de pagamento de cinco anos, com dois anos de carência para início do pagamento do principal. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), base 252 dias úteis, acrescida de spread equivalente a 6,00% ao ano. Adicionalmente à remuneração fixa, será acrescido um prêmio variável baseado nos resultados financeiros da Companhia que demonstrem aumento em seu EBITDA, o qual será calculado anualmente, por (cinco anos). Para fins do cálculo do prêmio, será aplicado o percentual de 15% sobre o aumento do EBITDA de cada ano. O valor máximo do prêmio devido pela Companhia, calculado sobre o total das Debêntures, ficará limitado ao valor de R\$ 3.000.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures serão utilizados integralmente para alongamento do endividamento bancário e pré-pagamento de determinadas dívidas

Para fins de garantias reais, as Debêntures contarão com:

- (i) Cessão fiduciária, de direitos creditórios detidos pela Companhia em virtude da emissão de duplicatas oriundas de transações comerciais realizadas com seus clientes, a qualquer tempo, que representem a 17%, equivalente a R\$ 10.200 do valor nominal das Debêntures (na data da emissão), ou, conforme o caso, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração;
- (ii) Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia localizados em Candeias-BA.
- (iii) Enquanto a soma do valor de venda forçada dos imóveis objeto de alienação fiduciária e da cessão fiduciária de direitos créditos de clientes for inferior a 50% do valor nominal das debêntures ou, conforme o caso, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração, os direitos creditórios deverão corresponder, no mínimo, a R\$ 10.200.

Na escritura das debêntures há “*covenants*” financeiros que possibilitam a declaração do vencimento antecipado, como segue:

- (iv) Não manutenção pela Companhia, a partir da data de emissão, da relação Dívida Líquida/EBITDA, calculada pela Companhia, com base em suas demonstrações financeiras anuais consolidadas, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a tabela de índices financeiros abaixo:

Exercício Social findo em	Dívida Líquida/EBITDA
31/12/2021	< 2
31/12/2022 e 31/12/2023	< 1,8
31/12/2024 em diante	≤ 1,5

Para os fins da Escritura de Emissão: “**EBITDA**” significa o lucro (consolidado e sem duplicações) antes do imposto de renda, da contribuição social, resultado financeiro, depreciação, e amortização durante cada período; e “**Dívida Líquida**” significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e mútuos registrados no passivo circulante e no não circulante, incluídas, sem limitação, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Segue abaixo o cálculo dos respectivos “*covenants*” em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	29.361
Debêntures a pagar	59.670
Passivos de arrendamento	3.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.883)
Dívida líquida (A)	<u>86.251</u>
EBITDA	
(=) Lucro líquido do exercício	22.878
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (correntes e diferidos)	(4.010)
(+) Resultado financeiro, líquido	24.301
(+) Depreciações e amortizações	11.172
EBITDA (B)	<u>54.341</u>
(=) Dívida Líquida/EBITDA (A/B)	<u>1,59</u>

- (i) Realização pela Companhia de mútuos de qualquer natureza, na qualidade de mutuante ou mutuária, com partes relacionadas, cujo saldo devedor em aberto, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$5.000.

A Companhia cumpriu nos exercícios de 2022 e 2021, todos os “*covenants*” financeiros e “*covenants*” não financeiros que possibilitariam a declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

16 Passivos de arrendamento

	31/12/22	31/12/21
Contratos de alugueis de imóveis	2.374	1.098
Contratos de alugueis de veículos	729	664
Total	3.103	1.762
Passivo circulante	1.805	1.189
Passivo não circulante	1.298	573

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.410
Remensuração por renovação de contratos		739
Pagamentos:		
Principal		(1.387)
Juros		(21)
Total dos pagamentos		(1.408)
Juros provisionados		21
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.762
Remensuração por renovação de contratos		2.616
Pagamentos:		
Principal		(1.275)
Juros		(153)
Total dos pagamentos		(1.428)
Juros provisionados		153
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.103

17 Salários, provisão para férias e encargos

	31/12/22	31/12/21
Provisão para férias e encargos sociais	3.123	3.018
Instituto nacional de seguridade social – INSS	1.572	2.841
Participação nos lucros e resultados	900	1.868
Fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS	214	194
Outros	96	49
Total	5.905	7.970

18 Impostos a recolher

	31/12/22	31/12/21
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.590	1.065
Imposto sobre serviços – ISS	742	664
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	662	849
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	580	452
Programa integração social – PIS	343	314
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	174	435
Outros	460	334
Total	4.551	4.113

19 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/22	31/12/21
Instituto nacional de seguridade social – INSS (**)	7.818	3.828
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (**)	6.888	3.380
Imposto sobre produtos industrializados – IPI (**)	6.724	4.667
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	1.803	2.108
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (**)	1.716	1.556
Programa de integração social – PIS (**)	1.526	1.247
Imposto sobre serviços – ISS	1.224	1.402
Imposto de Renda – IRPJ (**)	546	658
Contribuição Social - CSLL (**)	263	311
Outros	<u>15</u>	<u>24</u>
Total	<u>28.523</u>	<u>19.181</u>
Passivo circulante	10.560	4.901
Passivo não circulante	17.963	14.280

(*) Refere-se substancialmente ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar de R\$ 1.026 (R\$1.326 em 2021) possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 7).

(**) Refere-se à parcelamentos simplificados de impostos federais obtidos junto à Secretaria da Receita Federal, com prazo máximo de pagamento em até 60 meses.

	Show Prestadora de Serviço Ltda. (Acionista)		BLCKD I S.A. (Controlada)		PRMOII S.A. (Controlada)		CEABS Serviços S.A. (Coligada)	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/21	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Resultado								
Total	1.730	2.475	-	1	3	6	38	-

- (i) Saldos representados por vendas de produtos, licença de uso de software, prestação de serviços de assessoria técnica e operacional.
- (ii) Saldos de indenização a receber – conforme descrito na nota explicativa nº 7
- (iii) Saldo a receber representado por contrato de mútuo, sujeitos a 100% da variação da taxa do Certificado de Deposito Interbancário – CDI, acrescidos de *spread* de 3,66% ao ano, com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2023

A movimentação do contrato de mutuo no ativo não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Valores cedidos	3.691
Juros provisionados	843
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.534
Valores cedidos	2.611
Aumento de capital em controlada PRMOII, com saldo de mútuo em 31 de janeiro	(405)
Amortização parcial de saldo de mútuo com acionista, com compensação de dividendos a pagar	(4.088)
Juros provisionados	1.046
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.698

b. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os honorários dos administradores foram de R\$1.086 e R\$1.118, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

21 Passivo relacionado ao ativo mantido para venda

Em 17 de outubro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no montante de R\$ 28.972, a ser cumprida até 30 de junho de 2022, “por solicitação do ex-acionista”, mediante a dação em pagamento ao Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S/A e PRMOII Participações Ltda., cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis com valor de avaliação de venda forçada de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2021, os dois imóveis (“terrenos”) localizados no município de Candeias – BA, no valor de R\$ 25.000, estão contabilizados na conta de ativo não circulante mantido para venda.

Em 10 de agosto de 2022, a Companhia efetuou a liquidação do passivo relacionado ao ativo de mantido para venda, com a dação em pagamento ao Fundo de Investimento Pátria, com ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia.

22 Benefícios fiscais

a. ICMS

A Companhia possui, no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica “Deduções de vendas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$850 e R\$1.184, respectivamente.

b. IPI

A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs. As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029. O respectivo benefício fiscal é contabilizado no resultado na rubrica de outras (despesas) operacionais, liquidas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o benefício refletido no resultado foi de R\$ 2.413 e R\$4.808, respectivamente. Destes montantes, R\$ 2.412 e R\$4.031 foram compensados com débitos de impostos federais no decorrer de 2022 e 2021, respectivamente.

23 Provisão para riscos e depósitos judiciais

23.1 Provisões contabilizadas

A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Trabalhistas (a)	1.893	724
Tributários (b)	2.211	1.233
Obrigações com terceiros (c)	548	2.692
Cíveis (d)	2.786	3.308
Total	<u>7.438</u>	<u>7.957</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (b) Referem-se a discussão com a Agência Nacional do Cinema- (ANCINE”), relativa a incidência de contribuição “CONDECINE”, nas atividades da Companhia e exigibilidade suspensa por medida judicial liminar de ação de INSS.
- (c) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários (“sucess fee”), com classificação de risco possível.
- (d) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados.

Em 31 de dezembro de 2022, parte das provisões, no valor de R\$1.399, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

A movimentação das provisões é como segue:

	31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Levantamento de depósito judicial	Transferências	31/12/2022
Trabalhistas	724	1.484	291	(648)	-	42	1.893
Tributários	1.233	939	39	-	-	-	2.211
Obrigações com terceiros	2.692	779	570	(1.917)	-	(1.576)	548
Cíveis	3.308	1.389	475	(1.871)	(1.190)	675	2.786
Total	7.957	4.591	1.375	(4.436)	(1.190)	(859)	7.438

	31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Levantamento de depósito judicial	31/12/2021
Trabalhistas	921	232	39	(468)	-	724
Tributários	201	962	70	-	-	1.233
Obrigações com terceiros	2.468	-	224	-	-	2.692
Cíveis (*)	14.345	1.894	538	(8.883)	(4.586)	3.308
Total	17.935	3.088	871	(9.351)	(4.586)	7.957

- (*) Em adições, o montante de R\$ 355 referem-se a processos para ressarcimento do acionista, contabilizado em contrapartida a conta de indenizações a receber.

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	31/12/22	31/12/21
Tributários (*)	28.275	91.414
Trabalhistas	1.372	14.685
Cíveis	6.040	3.342
Total	<u>35.687</u>	<u>109.441</u>

(*) Em 11 de maio de 2022, o Tribunal de Impostos e Taxas proferiu decisão final favorável a Companhia, contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual da São Paulo, em um dos processos no montante de R\$ 64.844, que tratava sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia, Neste contexto, a classificação de risco do processo foi alterada de possível para remoto.

23.2 Contingências passivas para as quais não há provisões

Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir:

a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação

Processos remanescentes na esfera administrativa e judicial, no montante de R\$8.159 (acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2022, que aguardam julgamento, relativo a discussão de incidência de ICMS sobre as operações da Companhia.

No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003.

Em 23 de setembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar 183, que explicita a incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

O texto incluiu nova situação de incidência do ISS, referente aos "serviços de monitoramento e rastreamento a distância de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento". O objetivo foi pacificar o entendimento da tributação devida sobre esse tipo de serviço. Atualmente, alguns estados entendem que ele é regido pelo ICMS.

b. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

Referem-se a disputa com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no montante de R\$4.051 (acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2022, relacionada a incidência do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST sobre o faturamento de prestação de serviços da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008.

c. Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTELL

Referem-se a disputa com a Conselho Gestor FUNTTEL, no montante de R\$3.055 (acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2022, relacionada a incidência do Fundo de para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTELL sobre o faturamento de prestação de serviços da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008.

23.3 Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme abaixo:

	31/12/22	31/12/21
Trabalhistas	85	28
Tributários	346	346
Cíveis	929	924
Total	1.360	1.298

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$103.669 (R\$185.104 em 2021), representado por 13.355.660 e 52.515.927 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, respectivamente, e pertencente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações
Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.	13.355.660

Segue abaixo movimentação do capital social em 2022 e 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2021	185.104
Redução de capital mediante a absorção de prejuízos acumulados, em 26 de maio	(81.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	103.669

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2022, a Companhia optou, com base nas perspectivas de utilização dos terrenos classificados originalmente no ativo imobilizado, reclassificar para a rubrica de “Propriedades para investimento”, com o objetivo de valorização de capital, para garantia de operações

financeiras de debêntures, empréstimos e financiamentos. O efeito do ajuste ao valor justo no montante de R\$11.192, foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, conforme mencionado na nota explicativa nº 11

c. Reservas de Lucros

- **Reserva legal**

Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.144

- **Retenção de Lucros**

Constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro ou para futura distribuição para os acionistas. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 16.300.

d. Dividendos

A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização dos Pagamentos dos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia. Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi creditado ao acionista dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 5.434. O valor total dos respectivos dividendos mínimos, foram compensados com saldo parcial de mútuo e indenizações a receber do acionista.

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, de acordo com o Estatuto Social, está demonstrado abaixo:

	31/12/22
Lucro do exercício	22.878
Constituição de reserva legal – 5%	(1.144)
Lucro líquido após a apropriação da reserva legal.	21.734
Dividendo mínimo obrigatório a pagar – 25%	5.434

25 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Lucro do exercício	22.878	7.929

Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	36.199	52.516
Resultado básico/diluído por ação – em reais	0,771	0,151

26 Receita líquida de vendas e serviços

	31/12/22	31/12/21
Receita Bruta		
Vendas de produtos e mercadorias	58.473	56.250
Licença de uso de software	123.419	121.089
Serviços de assistência técnica	24.836	19.394
Comunicação e processamento de dados	21.926	18.184
Monitoramento (auxílio na localização)	2.541	4.435
Locações	29	43
	<u>231.224</u>	<u>219.395</u>
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(15.866)	(18.034)
Impostos sobre vendas de serviços	(15.481)	(13.006)
Devoluções de vendas	(4.942)	(4.041)
	<u>(36.289)</u>	<u>(35.081)</u>
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	<u>194.935</u>	<u>184.314</u>

27 Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas por natureza:		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(38.360)	(41.104)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(31.849)	(31.650)
Custos dos produtos vendidos	(24.492)	(29.857)
Data center, telemetria e licença de uso	(12.166)	(11.311)
Depreciações e amortizações	(11.172)	(11.394)
Custos com assistência técnica	(6.904)	(7.964)
Provisão para riscos	(4.591)	(2.733)
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(4.506)	(3.495)
Viagens e deslocamentos	(3.827)	(3.217)
Consultoria em tecnologia da Informação	(2.920)	(3.037)
Assessoria financeira, técnica e contábil	(2.291)	(1.717)
Honorários e gratificações a administradores	(1.086)	(1.118)
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019	2.413	4.808
Outras despesas	(6.518)	(5.351)
Total	<u>(148.269)</u>	<u>(149.140)</u>
Despesas por função:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(105.623)	(110.427)
Despesas gerais e administrativas	(19.172)	(21.142)
Despesas com vendas	(16.203)	(15.583)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.271)	(1.988)
Total	<u>(148.269)</u>	<u>(149.140)</u>

28 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras:		
Juros sobre contratos com partes relacionadas	1.046	843
Juros sobre contratos de clientes	815	591
Descontos obtidos	778	-
Juros ativos	617	349
Rendimentos sobre aplicações financeiras	447	411
Atualização monetária sobre indenizações a receber	428	539
Variações cambiais sobre fornecedores	369	281
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	54	36
Demais receitas financeiras	130	16
Total	<u>4.684</u>	<u>3.066</u>
Despesas Financeiras:		
Juros sobre debêntures	(10.558)	(2.690)
Juros sobre impostos e contribuições	(6.403)	(6.062)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.993)	(7.602)
Juros passivos	(1.421)	(1.873)
Atualização monetária sobre provisão para riscos	(1.375)	(871)
Juros antecipações de recebíveis de clientes	(869)	(1.609)
Despesas bancárias	(768)	(1.477)
Prêmios e comissões sobre operações financeiras	(744)	(1.950)
Atualização monetária sobre fornecedores	(411)	(49)
Variações cambiais sobre fornecedores	(354)	(371)
Juros sobre passivos de arrendamento	(153)	(21)
Demais despesas financeiras	(1.936)	(2.392)
Total	<u>(28.985)</u>	<u>(26.967)</u>
Resultado financeiro	<u>(24.301)</u>	<u>(23.901)</u>

29 Obrigações e compromissos

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- a. Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$31.849 e R\$31.650, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”. Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2022.
- b. Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguéis totalizam R\$132 em 31 de dezembro de 2021.
- c. Seguro garantia – contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$4.990 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.950 em 2021).

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021:

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
		Ativos Financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	5.883	21.404	5.883	21.404
Contas a receber	Custo amortizado	34.640	20.113	34.640	20.113
Indenizações a receber	Custo amortizado	12.270	11.823	12.270	11.823
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.698	4.534	3.698	4.534
Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado	1.360	1.298	1.360	1.298
Outras contas a receber	Custo amortizado	2.910	2.315	2.910	2.315
Total dos ativos financeiros		60.761	61.487	60.761	61.487

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
		Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	16.202	21.929	16.202	21.929
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	29.361	25.831	29.361	25.831
Debêntures a pagar	Custo amortizado	59.670	58.333	59.670	58.333
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	3.103	1.762	3.103	1.762
Total dos passivos financeiros		108.336	107.855	108.336	107.855

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O instrumento utilizado é *Nondeliverable Forwards* (NDF).

Derivativos instrumentos de hedge de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento da Companhia contra as variações de câmbio. As posições de dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições. Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

A tabela a seguir sumariza as exposições que foram identificadas e protegidas em 31 de dezembro de 2022.

Valor justo ganhos/(perdas) reconhecidas no resultado

Exposição	Risco	Resultado da Operação
Valor de financiamentos de importação – (valor de referência em USD)	278	-
Valor de financiamentos de importação – (valor de referência em R\$)	1.452	(40)

Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e debêntures. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2022, foi definido o cenário provável para o ano 2022, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,57% para o ano 2023, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento do CDI	12,57%	15,71%	18,86%
Valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar		89.031	89.031	89.031
Despesa financeira estimada		11.191	13.987	16.791

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	34.351	67.115	14.992	116.458
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	27.254	21.927	67.738	116.919

Como os valores inclusos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

- (a) **Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- (b) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- (c) **Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha “rating” de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	29.361	25.831
Debêntures a pagar	59.670	58.333
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.883)	(21.404)
Dívida líquida (A)	83.148	62.760
Patrimônio líquido (B)	132.305	103.669
(=) Índice de endividamento (A/B)	62,8%	65,2%

- (a) **Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$4.827.

31 Itens que não afetam o caixa

	31/12/22	31/12/21
Compensação de dividendos a pagar com saldo de mútuo e indenizações a receber do acionista	(5.434)	-
Redução de capital com absorção de prejuízos acumulados	<u>(81.435)</u>	<u>-</u>
	(86.869)	-

* * *

Eduardo Leite Cruz Lacet
Presidente

Cristiane Akiko Momoi
Vice Presidente

Alexandre Ferreira da Silva
Diretor Financeiro – CRC 1SP 181.366/O-9